

# A "caixa azul" da agricultura multifuncional

**S**e está difícil obter um consenso na reforma de temas relevantes do comércio internacional na Organização Mundial do Comércio, tanto no término da fracassada Rodada do Milênio como na Conferência de Seattle, realizada em dezembro de 1999, os avanços na Rodada de Doha, iniciada em 2001, foram pequenos, como mostra o recente encontro realizado em Hong Kong, durante dezembro último.

Essa falta de resultado mostra a ausência de acordos sobre a pauta de negociações comerciais. A pluralidade de opiniões complica uma declaração conjunta. Enquanto os países agro-exportadores buscam a liberalização do comércio agrícola, Europa, Estados Unidos e Japão retardam a remoção de barreiras comerciais na agricultura.

Embora a Comunidade Européia lance mão da chamada multifuncionalidade da agricultura, para defender um tratamento não meramente comercial para o setor, o seu conceito é importante para analisar o papel do mundo rural.

Na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, os governos reconheceram o aspecto multifuncional da agricultura, com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável. A questão continuou em debate e, em março de 1998, a OCDE declarou que:

*"além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola também molda a paisagem, provê benefícios ambientais, tais como a conservação dos solos; desenvolve a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis; preserva a biodiversidade e*

*contribui para a viabilidade sócio-econômica em várias áreas rurais".*

## CONCEITO

Na visão tradicional de instituições como a FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura, o desenvolvimento rural sustentável pode ser resumido como um modelo que conserva o solo, a água, os recursos genéticos vegetais e animais, sem degradar o meio ambiente, e é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.

O conceito de multifuncionalidade veio para ampliar esta abordagem, ao:

- Incluir os serviços prestados pelo setor à sociedade;
- Estabelecer um marco entre as diferentes funções da agricultura e o correspondente uso da terra;
- Examinar as relações dinâmicas entre as zonas urbanas e rurais;
- Incorporar uma gama de situações, desde as sociedades predominantes rurais, em que a produção primária de alimentos e outras mercadorias é prioridade, até as nações altamente industrializadas, com uma pequena população rural e importância da produção primária igualmente modesta.

Assim, a multifuncionalidade passa a ser um instrumento para analisar a importância dos sistemas agrícolas e suas relações com outros setores da economia. O seu conceito identifica papéis-chave do setor quanto à:

- Contribuição à segurança alimentar;
- Função ambiental, econômica e social.

No documento brasileiro formulado para a Cúpula Mundial da Alimentação, representantes do governo e da sociedade civil chegaram à seguinte definição:

*"segurança alimentar e nutricional significa garantir a todos o acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis".*

A agricultura pode prover um conjunto de serviços ambientais como a conservação de solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade, produção de biomassa etc., cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável.

## SUBSÍDIOS

Não obstante, no tocante à posição europeia em defesa do reconhecimento do caráter multifuncional da agricultura na OMC, alguns comentários são oportunos. Este posicionamento tem como objetivo, na realidade, a manutenção da chamada 'caixa azul' (que permite alguns pagamentos diretos dos governos aos agricultores) e a manutenção da cláusula de paz e das salvaguardas especiais. Trata-se de instrumentos que permitem aos países desenvolvidos sustentarem subsídios e protecionismo.

Se a União Européia reconhecer e respeitar a multifuncionalidade da agricultura nos países em desenvolvimento, isso significa o seu apoio a:

- Regras mais flexíveis para os países em desenvolvimento no Acordo Agrícola da OMC;
- Eliminação dos subsídios à exportação e outras formas de *dumping*;
- Cláusula de paz e o uso das salvaguardas especiais pelos países desenvolvidos;
- Compromisso com a redução dos pagamentos da 'caixa azul';
- Temas relacionados à agricultura como, por exemplo, o TRIPS (capítulo da OMC que estabelece normas sobre propriedade intelectual, como patentes e outras).

Será estratégico para os países agro-exportadores, como o Brasil, incluir no conceito de multifuncionalidade a função internacional, ou seja, os impactos da política agrícola dos países em desenvolvimento, quando, por intermédio de subsídios, são mantidos os preços agrícolas europeus abaixo do mercado mundial, mas com uma superprodução dirigida à exportação. ■